



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

LORENA SENNA ROCHA DE OLIVEIRA

“DAI GLÓRIA À MEMÓRIA” Patrimônios Históricos em Vigia de Nazaré: A Igreja de Pedras e a Igreja da Madre de Deus na construção da memória e do ensino de História Local.

ANANINDEUA
06/2023

LORENA SENNA ROCHA DE OLIVEIRA

“DAI GLÓRIA À MEMÓRIA” Patrimônios Históricos em Vigia de Nazaré: A Igreja de Pedras e a Igreja da Madre de Deus na construção da memória e do ensino de História Local.

Artigo apresentado à Faculdade de História do Campos Universitário de Ananindeua para obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sueny Diana Oliveira de Souza.

ANANINDEUA

06/2023

RESUMO

A partir de buscas realizadas pelos trabalhos acadêmicos produzidos em torno da cidade de Vigia de Nazaré, nordeste do estado do Pará, na área de ensino e patrimônio, pode se perceber a carência de discussões nessa problemática, ainda que ocorra um esforço educacional por parte dos professores locais em trabalhar essa temática. Este trabalho tem por objetivo identificar dois espaços de memória coletiva e individual na capital, as duas igrejas católicas, Igreja da Madre de Deus e Capela Nosso Senhor dos Passos ou Igreja de Pedras, o processo de construção desses espaços, a manutenção da memória e a discussão desses patrimônios históricos locais dentro de sala de aula. Discutir a respeito dos materiais didáticos tradicionais e o modo de ensino dos professores em sala de aula. Apresentar o debate sobre a valorização do patrimônio histórico e a discussão dessa temática no ensino local, presente nos temas transversais da Base Nacional Comum Curricular a respeito de Patrimônio e História Local. Para que se compreenda as dificuldades encontradas nesse ensino, foi realizado um levantamento acerca das pesquisas já existentes, análise de trabalhos de historiadores locais e entrevistas com professores e coordenadores da educação básica a fim de compreender a importância desses espaços e como a educação patrimonial é discutida em sala de aula.

Palavras-Chave: Ensino de História, Patrimônio, Memória, História Local e Vigia de Nazaré.

INTRODUÇÃO

A cidade de Vigia de Nazaré mantém hoje casarões, igrejas e mercados, sendo espaços de memória e patrimônios históricos reconhecidos e tombados pelo IPHAN, nesse caso, a Igreja Madre de Deus. O objetivo aqui é compreender de que forma as igrejas católicas, Igreja da Madre de Deus e Capela Nosso Senhor dos Passos ou Igreja de Pedras, se firmam como patrimônio histórico e como estão presentes na construção histórica da memória coletiva e individual dos vigienses, partindo disso, como a história local é discutida na educação patrimonial nas escolas, contribuindo para a preservação de memória, debatida dentro das salas de aula.

A vila de Vigia de Nazaré fez parte do roteiro das missões jesuíticas desenvolvidas na Amazônia, no estado do Maranhão e Grão-Pará¹. Os jesuítas tinham o objetivo de converter e integrar o indígena à cristandade. A evangelização era parte da política civilizatória, por meio da doutrina cristã². As igrejas, ambas católicas, viriam posteriormente, para firmar esse

¹ Denominação utilizada entre os séculos XVI e XVIII, nos estados de hoje, Maranhão e Pará.

² Ver em “Missões Jesuíticas no Maranhão e Grão-Pará”. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Entrevista com Karl-Heinz Arenz por Patricia Fachin, edição 348, 25 de outubro de 2010.

domínio religioso europeu, uma vez que era necessário colonizar a vila para proteger de outros colonizadores europeus.

A região inicialmente era ocupada por populações indígenas. Com a chegada da Companhia de Jesus e posteriormente dos portugueses tornou-se Sede de Fazenda e depois Posto de Registro e Controle de Embarcações que trafegava na região, por isso o nome, Vigia. (OLIVEIRA, 2015, p. 28). Por conta da localização geográfica da cidade, nas proximidades da Baía do Marajó³, era necessário proteger e colonizar a região. Posteriormente, ao longo de sua constituição como vila, Vigia foi palco de inúmeros acontecimentos que determinaram mudanças e permanências na área política e social dentro da capitania, província e posterior Estado do Pará.

Na obra "Motins Políticos" de Domingos Antônio Raiol, o autor destaca principalmente o movimento da Cabanagem e apresenta Vigia como um dos cenários da revolta popular. E hoje, a cidade mantém o Palácio Legislativo - Trem de Guerra como patrimônio histórico marcante desse período, atualmente utilizado pela prefeitura local para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, mas ainda assim, esse patrimônio continua despercebido pelos moradores locais e turistas. Realidade essa que pode ser alterada a partir de métodos educacionais voltados ao ensino e a discussão da importância desses espaços para a construção de uma consciência histórica.

A preocupação desta pesquisa é contribuir para que os próximos pesquisadores, diferente desta, possam ter maiores referências sobre a educação patrimonial da cidade, e com a experiência do historiador poderão ser realizadas buscas com qualidade profissional acerca do assunto discutido, também se pretende a partir desse trabalho propor e problematizar o ensino de história local nas escolas de ensino básico e acentua o debate na academia. Vigia de Nazaré, banhada pelo rio Guajará-mirim, berço de música e cultura popular, estabelece forte presença de patrimônios históricos por vezes, sem sentido aos olhos leigos. Esta pesquisa também promove a realização pessoal em compreender a cidade, diante de acontecimentos passados despercebidos quando criança, agora com detalhes vistos por uma historiadora, juntamente com a entrada mais aprofundada da mesma na área de História Local e Patrimônio Histórico Cultural.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL

Atualmente Vigia de Nazaré possui duas igrejas principais, Igreja de Pedras e Igreja da Madre de Deus, ambas consideradas patrimônios históricos da cidade, entretanto, apenas a Madre de Deus é oficialmente reconhecida como patrimônio material pelo Instituto do

³ A cidade é banhada pelo rio Guajará -Mirim, de água doce, que faz parte da região do salgado. Essa Baía não é a mesma pela qual a cidade de Belém, a capital, é banhada, mas também é chamada Baía do Guajará.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, inscrição nº 424, de 14/12/1954. A igreja foi construída no século XVIII, pela Companhia de Jesus, inicialmente sendo Colégio da Mãe de Deus e posteriormente transformada em igreja. A Igreja de Pedras, também construída no século XVIII, apesar de haver discussões para o tombamento e preservação da prataria utilizada e do imóvel em si, ainda segue sem reconhecimento oficial, o que não impede de ser reconhecida como parte da história do município. Porém não recebe os mesmos investimentos financeiros para manutenção e restauro como um imóvel tombado.

IGREJA DA MADRE DE DEUS

A vila de Uruytá como a cidade era inicialmente chamada pelos moradores locais, antes da ocupação dos jesuítas, tinha apenas seis ruas pequenas, e uma dessas iriam futuramente conduzir à igreja Matriz da cidade, a igreja da Madre de Deus, construída no século XVIII. A datação da construção da igreja e os responsáveis pela edificação, são partes de discussões históricas divergentes a respeito da origem⁴, tanto quanto a construção da igreja quanto ao colégio, acoplado ao território. Essas discussões divergem entre historiadores locais e não locais, e mais ainda, entre historiadores da cidade de Vigia de Nazaré.

Segundo Paulo Cordeiro, no ano de 1730, o padre José Lopes, pertencente a Companhia de Jesus, obteve licença para construir, com doações dos moradores locais, uma casa que pudesse abrigar religiosos. Estes seriam responsáveis pelo ensino e cristianização dos filhos dos vigienses, a casa serviu de abrigo para os padres da Companhia. As aulas ministradas na casa dos jesuítas, passaram a ser realizadas na igreja⁵, que recebe o nome de Colégio de Mãe de Deus. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil e conseqüentemente da vila, em junho de 1760, o colégio se tornou a Igreja Matriz e passou a ser de domínio da Irmandade de Nossa Senhora de Nazareth⁶ (CORDEIRO, 2013, p. 11 e 12). Com a irmandade assumindo o colégio e também a festividade religiosa, o culto a Nossa Senhora de Nazaré, houve necessidade de construir uma igreja da padroeira. O projeto inicia, mas fica inacabado em

⁴ Ver Irmandades Religiosas em Vigia no século XIX. Paulo Cordeiro. Cidade de Vigia - PA, 2013. e Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Antônio Ladislau Monteiro Baena. Edições do Senado Federal. Vol. 30, 2004.

⁵ No trabalho de Paulo Cordeiro entende que a residência dos jesuítas e a igreja /colégio foram construídas em períodos próximos. Mas que essa igreja seria uma igreja pequena, e apenas posteriormente teria sido erguida a igreja com a dimensão atual.

⁶ A Irmandade de Nossa Senhora de Nazareth, fundada em 1750, desenvolvia festividades, esmolas e novenas na cidade de Vigia de Nazaré, cultuando a santa do mesmo nome. A irmandade realizava ações em comunidade e posteriormente seria oficialmente responsável pelas romarias que envolvessem o Círio de N. S. de Nazaré.

virtude da falta de recursos financeiros, o projeto se estendeu e só foi possível ser concluído no século XIX (CORDEIRO, 2013, p. 13) através de donativos da irmandade e comunidade.

Para Antônio Baena, a igreja da Madre de Deus, foi construída junto com um colégio, ambos em 1702 (BAENA, 2004, p. 257 e 258)⁷ pelos jesuítas, o colégio, ao lado da igreja, tinha o intuito de instruir as crianças e os jovens, o que veio a formar clérigos. A igreja e o colégio possuíam uma estreita ligação, foram ministradas aulas dentro das dependências da igreja, antes da conclusão das obras do colégio. Construídos em datas próximas, os dois tinham como finalidade a catequização da vila. O que gerou reconhecimento e sucesso por conta do ensino exemplar ensinado, desde o catolicismo às ciências aplicadas, tendo como apoio uma biblioteca própria. A escola que era vinculada ao colégio de Santo Alexandre em Belém, em 1740 obteve autonomia para ser administrada de modo independente.

A Companhia de Jesus, inicialmente chega ao Brasil em meados do século XVI para iniciar a conversão religiosa ao cristianismo. Os portugueses iniciam o processo de ocupação na Amazônia na metade do século XVII, e posteriormente, ocorre na região, a expansão territorial do trabalho missionário desenvolvido pelos jesuítas (WEHLING, 1999, p. 135 e 142). A cidade de Vigia fez parte dessa ocupação portuguesa, os jesuítas firmam a influência religiosa na cidade por meio das igrejas, e vão além, a instituição do colégio é fundamental para a catequização dos povos indígenas, originalmente, os Tupinambás⁸. O catolicismo marcante presente na cidade hoje em dia, é herança do que foi a investida da igreja séculos atrás, aqui iniciado com o trabalho missionário repassado pelos jesuítas aos padres, que fomentaram a cultura portuguesa na Vila.

Os sinos que anunciam diariamente as missas, os eventos religiosos e principalmente a festividade anual do Círio de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, regem a manutenção das crenças e costumes tradicionais oriundos da religião católica implementada pelos missionários na cidade. A presença da Igreja Mãe, como matriz, tem efeito na organização do calendário dos eventos do município, gerando influência na formação da memória coletiva e individual, criando tradições que são mantidas pelos moradores, mesmo que uma parcela não seja adepta da religião firmada, ainda sim são alcançados pelo dinamismo religioso por conta dos eventos públicos e das relações sociais que são formadas em volta.

⁷ A datação da fundação e posteriormente funcionamento da Igreja e Colégio foram retirados da obra de Antônio Baena “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, Edições do Senado Federal - Vol.30, p. 257 e 258, 2004” mas há divergências nas datas da construção da Igreja, alguns autores afirmam que foi a partir de 1729, ver Iaci de Melo, 2012, p. 99.

⁸ Ver em “Vigia Museu contextual, Belém, 2002”.



Fotografia 1 - Igreja da Madre de Deus. Fonte: Patrimônio de Influência Portuguesa - PIP

A igreja da Madre de Deus é tombada pelo IPHAN, perante o reconhecimento do valor e da importância histórica e sociocultural que ela representa na cidade e para a comunidade. O tombamento da Igreja Mãe, é reconhecido e protegido de acordo com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o conceito de Patrimônio Cultural segundo a legislação:

É definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 1937).

Diante da necessidade de conservação do bem material e da preservação da memória construída, bem como o reconhecimento do cunho histórico estabelecido no imóvel, se tem a movimentação para proteger o bem de interesse público. O processo de tombamento da Igreja da Madre de Deus, de acordo com o documento presente no acervo digital do IPHAN, inicia em 23 de maio de 1950⁹. No início, foi recomendado pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN¹⁰ Rodrigo Melo Franco de Andrade, o exame dos bens: Igreja de Sant' Anna, em Belém, e Igreja da Madre de Deus, em Vigia, para que fossem inseridas nos Livros do Tombo de monumentos do Estado do Pará (ambas no mesmo documento). Em 8 de agosto de 1950, a recomendação foi endereçada ao chefe do SPHAN, Carlos Drummond de Andrade, para que este examinasse a conveniência da inscrição nos Livros.

O processo todo, composto por documentos e correspondências oficiais, transitou por diretorias internas, até ser endereçado à Arquidiocese de Belém. Em 29 de Novembro de 1954 foi encaminhado a notificação nº 749¹¹ para o arcebispo, Mario Vilas Boas, nela o diretor do SPHAN levou ao conhecimento do arcebispo a determinação da inscrição no Livro do Tombo nº 3, a que se refere o artigo 4º, nº 3 presente no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937,

⁹ Disponível em acervodigital.ipha.n.gov.br / Processo número 434-T-50 / Folha 001.

¹⁰ Denominação primária utilizada pelo órgão federal durante os anos de 1937 a 1946 / Folha 001.

¹¹ Folha 004.

a obra de arquitetura religiosa, Igreja da Madre de Deus, localizada em Vigia, Estado do Pará. A correspondência trocada com o arcebispo da capital, se deu, pois, a igreja, na época, pertencia à Arquidiocese de Belém.

A certidão de tombamento que consta no processo, está datada de 9 de julho de 1981¹², o documento foi lavrado pelo chefe do Arquivo Geral da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na época, Edson de Britto Maia e revisada pelo secretário de cultura do Ministério da Educação e Cultura e diretor geral do IPHAN, Aloísio Sérgio de Magalhães. No documento especifica “Arquitetura Religiosa” como natureza da obra e coloca como observação que o “o tombamento inclui todo o acervo da igreja, inclusive imaginárias e alfaias”¹³. O tombamento da Igreja da Madre de Deus, ocorreu por conta das questões socioculturais e da preservação da memória, e por conta da importância religiosa que o bem material exerce na cidade. Também fica claro a singularidade da obra arquitetônica deixada pela Companhia de Jesus na Amazônia, os detalhes da construção, as pinturas, a prataria e a sacristia foram pontos relevantes para que houvesse a examinação, e o monumento fosse tombado e reconhecido oficialmente como parte da história.

É importante ressaltar a arquitetura única da Igreja da Madre de Deus, o que foi um motivo, se não o principal ponto para o tombamento da igreja. Na recomendação do diretor do SPHAN para a examinação da Igreja à inscrição no Livro do Tombo, ele descreve com detalhes o monumento:

Parece-nos conveniente o seu tombamento em vista das singularidades arquitetônicas do frontão avantajado e da colunata lateral, (...) releva notar que interiormente, conta ainda com a sacristia de teto apainelado com pinturas de interesse; enquanto o mais foi desfigurado.¹⁴

E além do conjunto arquitetônico, todo o acervo utilizado para as celebrações religiosas também foram incluídas no tomo, como continua a recomendação: “Deve-se complementar esta medida com um inventário dos objetos de culto, conforme mostram as fotos, tais como: prataria, móveis, imagens antigas e pintura”¹⁵. Entende-se que não somente as características singulares externas da Igreja são peculiares, mas o rico acervo de louças em prata, santos, as pinturas no teto e a sacristia dedicada à Nossa Senhora de Nazaré, foram pontos essenciais para que o conjunto todo fosse reconhecido como Patrimônio Histórico Material.

A singularidade da Igreja é vista já na parte externa, feita de pedra e cal, o monumento

¹² Folha 012

¹³ Folha 012

¹⁴ Folha 002

¹⁵ Folha 002

é o único nas construções religiosas brasileiras que possui largas varandas laterais, sendo formadas por vinte e duas colunas em estilo toscano. Descrito no processo de tombamento, o frontão avantajado, a frente da igreja, possui três grandes portas em madeira na entrada, e três varandas individuais acima, o frontão curvilíneo, é constituído por duas torres laterais, essas que guardam os sinos que são tocados diariamente, anunciando os cultos. Todo o conjunto arquitetônico, deixado pelos jesuítas, se assemelha muito com o estilo das igrejas espanholas (OLIVEIRA, 2015. p 28).

A devoção popular à Nossa Senhora é presente desde o início da Vila, antes mesmo da chegada da Companhia de Jesus. Em visita a Vila, os padres jesuítas observaram a enorme devoção à "milagrosa imagem da Virgem Nossa Senhora de Nazareth" (MELO, 2012, p. 104). A sacristia da igreja Madre de Deus é dedicada à Nossa Senhora, possui quadros despojados em painéis, que narram a vida da Santa e pinturas a óleo no teto, com elementos florais e geométricos, também envoltos da história religiosa de Nossa Senhora (MELO, 2012, p. 103). A pratária e os santos também foram tombados, a igreja possui imagens de santos em tamanho real do século XVIII, alguns desfigurados e com partes faltantes, corroídas por insetos¹⁶. Uma das intenções do tombamento é justamente para manter a preservação desse acervo perante a ação do tempo, a proteção aos objetos, as pinturas e a arquitetura.

A igreja da Madre de Deus apresenta uma volumosidade e características únicas, dando destaque a obra em meio a cidade. A igreja com a frente para a Baía do Guajará, atrai devotos e pesquisadores. As relações sociais construídas ali são mantidas e moldadas ao decorrer do tempo, a memória coletiva e individual se mantém preservada diante dos acontecimentos, como as confraternizações em família, como os batismos e casamentos, o que gera a construção de memórias e identidade coletiva e individual.

Em meio às tradições religiosas, a igreja também recebe eventos culturais, em 23 de abril de 2022, a Madre de Deus recebeu o concerto da Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz - OSTP, o espetáculo musical executou um repertório de clássicos para uma plateia de 400 pessoas¹⁷. O evento promovido pelas secretarias de Cultura do Estado e Prefeitura de Vigia, teve o intuito de levar a orquestra ao interior, sendo muito bem recebido pela cidade, principalmente por haver muitos músicos, formados pelas bandas sinfônicas locais.

A ideia de levar a orquestra para dentro da Igreja em uma cidade considerada pelos

¹⁶ Ver em II Exposição de Arte Sacra, de 26 a 29 de agosto de 1976, realização da Prefeitura de Vigia de Nazaré e Universidade Federal do Pará - UFPA.

¹⁷ Ver em <https://vigia.pa.gov.br/um-concerto-memoravel-da-ostp-em-vigia/>

moradores como “fábrica de artistas”, é essencial, pois gera identidade social entre a igreja e a comunidade, os jovens músicos locais, conseguem enxergar na OSTP, lugares que eles também sonham e podem vir a ocupar, construindo um sentimento de pertencimento ao local. O patrimônio cultural, nesse caso material, tem a importante função de guardar a memória vivenciada (CARDOSO, 2020, p. 33), e mais, ser gerador de novas memórias através de futuros acontecimentos que serão conectados e difundidos, entre o passado e o presente. Assim, é importante que a comunidade tenha conhecimento da história desses espaços de memória e como esta faz parte da construção dessa identidade. A educação patrimonial é fundamental para compreender a função social que determinado monumento exerce, e promover a interação com o indivíduo, tornando o sujeito ciente como parte da construção da memória, e um dos responsáveis pelo zelo e manutenção do patrimônio histórico.

IGREJA DE PEDRAS OU CAPELA NOSSO SENHOR DOS PASSOS

A Igreja de Pedras, como é popularmente conhecida, tem esse nome justamente pela arquitetura exterior em pedras expostas, inacabadas e sem reboco. Também chamada de Capela Nosso Senhor dos Passos, pois guarda a imagem dele no seu interior. Localizada de frente para a Baía do Guajará e próximo à praça principal da cidade. A igreja possui o interior simples, em relação à Igreja da Madre de Deus, com os santos espalhados ao redor do altar, e a imagem de Nosso Senhor do Passos exposta ao lado. Na lateral, mesmo na parte externa do monumento é possível ver a sacristia, em uma espécie de casinha, junto à Igreja.



Fotografia 2 - Igreja de Pedras. Fonte: Assessoria de Comunicação - PARATUR, 2011.

A história da construção da igreja tem pelo menos duas versões. A primeira é a principal versão difundida na memória vigiense, nas pesquisas realizadas anteriormente e nos veículos de comunicação, apresentam a construção como fruto da obra missionária da

Companhia de Jesus na Amazônia sendo parte da colonização portuguesa. A segunda e mais recente¹⁸, aponta que os jesuítas não foram os responsáveis por erguer a igreja, mas sim, que essa tenha sido erguida por Irmandades Religiosas Vigieenses, entre os séculos XVIII e XIX.¹⁹

A primeira versão se difundiu na memória vigiense de tal modo que é difícil encontrar fontes e pessoas, entre autores e moradores, que tenham conhecimento a respeito da outra história da construção da Igreja de Pedras. Nessa, narra que o monumento foi fundado por obra dos jesuítas durante o século XVIII, advindo da chegada da Companhia de Jesus na vila de Vigia, e ficando inacabada após a expulsão deles do Brasil por Marquês de Pombal (SILVA, 2007 p. 19.).

A primeira versão é apontada em “Noções de História da Vigia” (1991) de José Ildone Soeiro, no trabalho de Jesimar Cardoso, ambos vigieenses, ele coloca a citação do poeta: “A infeliz perseguição de Pombal impediu que a complementação do templo, no qual se guarda um admirável testemunho dessa interrupção: uma pia de mármore inacabada” (SOEIRO, 1991, p-17-18 apud CARDOSO, 2020, 31). Essa versão mantém e valoriza o trabalho da Companhia de Jesus durante a passagem na Vila, e desaprova as decisões do governo português.

Entretanto, o historiador vigiense Paulo Cordeiro afirma que não há base documental para esta primeira versão, mesmo assim, esta é a mais conhecida entre os moradores e tem sido publicada em obras da história da cidade, (CORDEIRO, 2013, p.31) e divulgada para o turismo. Essa primeira versão, seria uma história romantizada, que ao longo do tempo foi enraizada na memória local, e mais uma vez contribui para as narrativas tradicionais eurocêntricas.

Como fonte documental principal para o confronto dessa versão, se tem o livro “A História da Companhia de Jesus no Brasil” do padre Serafim Leite, no inventário de bens deixados pelos jesuítas, não há menção da Igreja de Pedras e nem mesmo da pequena Capela do Senhor dos Passos, anterior a igreja (CORDEIRO, 2013, p. 32). Visto que no inventário constam todos os bens deixados durante a instauração da Companhia no Brasil. No documento, discutido por Paulo Cordeiro em Irmandades Religiosas em Vigia no século XIX, não se identifica a construção da Igreja no inventário, ou seja, essa versão é discutida pela ausência do registro da construção do monumento e não pela afirmação da existência dele em outro documento.

¹⁸ A segunda versão é discutida na dissertação de Jesimar Cardoso (2020, p. 31.), se baseando nas pesquisas historiográficas de Paulo Cordeiro.

¹⁹ Ver em CORDEIRO, Paulo. Irmandades religiosas em Vigia no século XIX. Vigia: Edição do autor, 2013.

A discussão da construção da igreja também é pontuada na obra “Motins Políticos” de Domingos Antônio Rayol, escrita no século XIX, o autor vigiense recebeu informações de moradores da cidade, que teriam sido os próprios devotos responsáveis pela construção da capela (CORDEIRO, 2013, p. 32). Entretanto, Rayol afirma que a construção é do século XVIII, e não do século XIX como afirmaram os devotos. Na época que o autor estava produzindo o documento, a capela que antecede a construção da Igreja de Pedras, já havia sido erguida pela Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos.

A outra versão da construção da igreja e que esta teria sido construída por irmandades religiosas vigienses. As irmandades religiosas eram organizações sociais que realizavam ações em comunidade. Presenças fortes no catolicismo popular na Amazônia, organizavam festas de santos e padroeiros, prestavam atendimento à saúde, e auxílio às classes mais baixas. Os membros de uma irmandade deveriam ser católicos praticantes²⁰ e tementes a Deus, mas para algumas irmandades isto não era o suficiente, era exigido que os membros contribuíssem anualmente com uma quantia em dinheiro, estabelecida antes da admissão (CORDEIRO, 2013, p. 9). As irmandades podiam aceitar irmãos²¹ de todas as classes sociais, gêneros e raças, ou ser restrita a apenas um grupo social, e isso iria de acordo com os princípios particulares de cada organização (CORDEIRO, 2013, p. 67).

As Irmandades Religiosas são associações formadas por leigos dedicadas à devoção de santos e padroeiros. Segundo Paulo Cordeiro, A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos era dedicada ao santo do mesmo nome, por isso o nome dado à capela. A irmandade Nossa Senhora de Nazareth que teria iniciado a construção da igreja de Pedras no século XVIII, entretanto ficou inacabada por falta de recursos, sendo doações e arrecadados em festividade. Posteriormente a irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos assumiu a edificação, também com dificuldades financeiras, mas conseguiu dar continuidade a solidificação da capela.

A irmandade de Nossa Senhora pede que a do Bom Jesus assuma, “pois, a instituição tinha recursos para os serviços de cobertura das paredes que estavam completamente levantadas: a capela-mor e a sacristia” (CORDEIRO, 2013, 34.). No século XIX, o jornal O Espelho informa uma festividade, um círio de uma irmandade coirmã, após a procissão, o trajeto foi finalizado na capela do Bom Jesus dos Passos, em 26 de junho de 1879, e neste ano se conclui que a igreja já estava erguida. (CORDEIRO, 2013, p. 35).

²⁰ Termo informal utilizado para definir pessoas que foram batizadas na Igreja Católica e praticam a fé cristã dentro da instituição, ao contrário de “não praticante”, sujeito batizado, mas que não mantém a prática da religião costumeiramente.

²¹ Termo utilizado para descrever e tratar entre si, membros de uma mesma irmandade e co-irmandades.

Entretanto, Iaci de Melo aponta que no século XX, a nave²² principal da igreja foi demolida e as pedras que a compunham foram utilizadas para outras construções na cidade, restando apenas a capela-mor e a sacristia. No ano de 1984, depois de reformas, a igreja foi reaberta, após intervenção realizada pelo IPHAN em parceria com órgãos de Cultura, Turismo e Viação de obras do Estado do Pará e do município de Vigia de Nazaré (MELO, 2012, p. 105).

A Igreja de Pedras, atualmente, não está aberta diariamente para eventos e visitas, o que não deixa de ser um monumento recorrente como objeto de estudo que envolve a história, principalmente quando se trata de pontos turísticos da cidade. A igreja já foi eleita como a 1ª Maravilha do Pará, entre sete, em 2011, pelas Organizações Romulo Maiorana por voto popular²³, isso indica o reconhecimento que as pessoas têm pelo monumento como patrimônio importante da construção na história paraense, o que é fundamental para a preservação da memória local, e como esse patrimônio será lembrado em sociedade e discutido em sala de aula.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL

Para uma comunidade, os patrimônios históricos são definidos além de documentos oficiais, esses são estabelecidos a partir da construção de memórias criadas naquele local, memórias vivenciadas em grupos e individuais, bem como a importância e presença histórica e social que este exerce. O tombo exerce a função de registrar e proteger esses patrimônios e tem por objetivo manter a preservação desses bens culturais, impedindo a destruição e a mutilação (IPHAN, 1937).

A cidade de Vigia de Nazaré foi incluída aos nove municípios paraenses do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas no Pará em junho de 2010. O programa do governo federal, possibilitou um projeto que previa investimentos financeiros para ações de revitalização e manutenção de patrimônios da cidade, incluindo a conservação da Igreja da Madre de Deus, hoje está passa por um processo de restauro iniciado em fevereiro de 2022 por obra do governo do Pará.

Em Vigia, há patrimônios não-oficiais que exercem funções sociais e são pontos

²² Termo utilizado para denominar a parte central de uma igreja, entre o átrio e o altar, local onde os fiéis se reúnem para assistirem as celebrações religiosas. Termo encontrado nos estudos de trabalhos nas áreas de Arquitetura e Artes, voltado para Igrejas.

²³ Ver em https://amazoniaacontece.blogspot.com/2011/11/conheca-as-7-maravilhas-do-para-eleitas_19.html

importantes para a cidade, como os Mercados de Peixe e Carne e a Orla, são espaços de sociabilidade, de construções de memórias familiares, principalmente oriundas de pescadores que atracam, tecem e constroem relações na beira e trapiches. Esses pontos receberam do PAC Cidades Históricas investimentos para revitalização e manutenção, o que possibilita a conservação não apenas física, mas também da memória estabelecida nesses locais.

As duas igrejas possuem significados marcantes na cidade, localizadas no Centro, estabelecem relações culturais, religiosas e históricas. Ambas recebem arraiais e manifestações culturais, como apresentações de bandas sinfônicas locais. No contexto religioso, as igrejas estão presentes nas festividades anuais do Círio de Nazaré, sendo a Igreja da Madre de Deus que guarda a padroeira da cidade. Na história, as duas foram erguidas por cunho religioso, o que não deixa de ser mantida até hoje por esse fato, mas não somente isso, as igrejas estão atreladas a história local da cidade, a relação beira rio Guajará-mirim, as festividades, sendo vivências que são construídas e permanecem na memória vigiense.

ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL

A partir da ruptura com a História Tradicional sobre a História Local, referencialmente marcada por Peter Burke (2010) após a Escola dos Annales, compreende-se a importância de estudar mais especificamente os acontecimentos ocorridos em menores escalas, facilitando o entendimento do historiador juntamente com a pesquisa de fontes e retornando os resultados a comunidade. Aquela que faz parte da formação social da cidade deve ser reconhecida por contribuinte da história, promovendo o sentimento de pertencimento coletivo ao meio social.

Entende-se ainda, que os principais patrimônios discutidos aqui, no caso a Igreja da Madre de Deus e a Igreja de Pedra são monumentos primeiramente instituídos por grupos que detinham o poder, na época os jesuítas, ou por grupos que realizavam a manutenção do status social, como as irmandades. Hoje ambas as igrejas são administradas por ordem católica que juntamente com o poder público, produzem manifestações religiosas e culturais, o que mantém a comunidade próxima a esses espaços, principalmente em decorrência das festividades e do Círio de Nossa Senhora das Neves, ocorrido anualmente no mês de setembro. Essa procissão unifica esses monumentos, como parte importante dessa manifestação religiosa que faz parte do patrimônio da região, mesmo que tenha sido difundido com colaborações populares, ainda é uma afirmação de um grupo que detém poder, nesse caso, a Igreja Católica.

O conceito de colonização discute a exploração e a ocupação do homem em novos

territórios. O ato de colonizar é a afirmação da presença, do poder e domínio de um povo sobre outro. Na chegada dos jesuítas na vila de Vigia, não foi diferente. A cidade anteriormente, era habitada pelo povo indígena Tupinambá, mas pouco se sabe a forma de organização social desses sujeitos antes da conquista portuguesa, entendendo que estes ficaram como figurantes dessa narrativa histórica local (CARDOSO, 2020, p. 27). Assim, acontece o previsível historiográfico tradicional, a história da cidade é contada a partir da chegada do homem branco europeu, e a Companhia de Jesus sendo valorizada pela atuação e desenvolvimento do cristianismo na cidade (CARDOSO, 2020, p. 31).

Nos primeiros anos da ocupação e expansão do cristianismo na região do Maranhão e Grão-Pará, as missões jesuíticas tinham como objetivo principal a evangelização, era necessário integrar o indígena à religião (ARENZ, 2010. p. 28). O ato de colonização tem muito a ver com a afirmação de um grupo expandindo poder, podendo ser sobre outro. Antes da chegada dos jesuítas, a vila de Vigia, antes vila Uruytá, era uma área natural, e foi transformada historicamente e geograficamente após a integração da região ao domínio português, assim a vila posteriormente se tornou território europeu.

Segundo Oliveira (2011) “O território deve ser visto como uma área natural sobre a qual dado “poder”, projeta a ocupação dessa área e a transforma em função da sua afirmação de domínio” (OLIVEIRA, 2011, p. 2). A ocupação primeiramente da Companhia na Vila, a expansão do cristianismo, a educação religiosa através do colégio e posteriormente a construção da igreja, é a materialização do domínio cristã na comunidade. A companhia precisou ocupar para exercer o poder de dominação nessa área, para que enfim, posteriormente, o império português tomasse posse desse território, para caracterizar a existência e a afirmação desse novo núcleo colonial amazônico português.

Compreender esse processo de colonização, é importante porque permite refletir sobre o passado e abrir a discussão de paralelos entre patrimônios oficiais e não-oficiais, tendo em vista que um patrimônio não reconhecido legalmente, não deixa de ser parte de uma história e muito menos parte de uma memória, visto que os espaços de memórias são construídos a partir das vivências dos sujeitos e mesmo que coletivo, de forma muito particular de acordo com a realidade de cada um, ou seja, um espaço de memória independe de um documento para ter significado, a validade dele se dá de acordo com as relações sociais difundidas ali e o sentido que esse local possui para determinado grupo social, e esse sentido geralmente é transmitido por gerações, por isso a necessidade de articular essa realidade histórica vivida com a memória do processo de colonização desse território.

Viver em uma região histórica e não ter conhecimento acerca do seu processo é no mínimo curioso. A cidade de Vigia de Nazaré é cercada por casarões, igrejas e patrimônios históricos. A cidade cresce e os casarões se misturam em meio às novas construções, que com o tempo, se tornam cada vez mais invisíveis. Mas por meio de historiadores locais e das memórias que se mantêm vivas ao longo do tempo, a história se mantém viva, como é o caso das obras de Paulo Cordeiro com discussões políticas e culturais da cidade, o que estabelece uma relação científica e local a respeito da discussão de história local, visto que o autor é vigiense e discute os espaços dessa perspectiva.

A DISCUSSÃO DO CURRÍCULO LOCAL PERANTE A BNCC

Aplicando as discussões ao ensino, é necessário pensar como inserir essas temáticas no currículo e como instigar o aluno a estar interessado para participar dessas discussões. Primeiro é importante frisar que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC não cobre diretamente esses debates mais específicos a respeito da história local. A base discute conhecimentos a respeito do patrimônio histórico, memória e cultura, como diz na habilidade EF03HI04: “Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.” (Brasil, 2018, p. 411) ou seja, a temática está presente na base nacional, porém o direcionamento para a discussão da história local é de modo mais específico as coordenações escolares.

As especificidades devem ser trabalhadas de acordo com as necessidades do ensino de história local, partindo da base maior para discussões pontuais voltadas aos patrimônios locais que fazem parte da história da cidade, entretanto, por conta da ausência dessa frente dentro do currículo, essa temática gera, de certa forma, impossibilidades entre professores e coordenações pedagógicas para debater esse tema em sala de aula.

Na cidade de Vigia, o plano de educação utilizado é o plano fornecido pelo estado, onde é trabalhado as questões regionais dentro da área de História e afins, o plano é utilizado pelas escolas estaduais e municipais, porém, ele não contempla totalmente as atividades educacionais que precisam ser desenvolvidas. Em entrevista com a Iris Rabelo, coordenadora da educação infantil no município - SEMED, ela pontua a necessidade de haver um currículo específico voltado ao município, para que seja inserida discussões voltadas à História Local, a cidade promove manifestações culturais, bem como dispõe de patrimônios locais e que precisam ser preservados, sendo o ensino de História como meio de conscientização desses patrimônios.

Hoje está em trâmites pela Câmara Municipal, a formulação do plano municipal de educação desenvolvido por professores, gestores, alunos e comunidade. Durante a Conferência Municipal de Educação - COMED, ocorrido em 2021, o plano vigente foi analisado e apresentado o diagnóstico preliminar acerca das metas e estratégias alcançadas. É preciso deixar claro que o currículo vigente discute pontos em relação a discussão aqui apresentada, entretanto não se aprofunda nos temas mais específicos sobre a história local da cidade. A categoria busca alcançar um plano próprio que contemple mais as questões de ensino local e possa ser melhor desenvolvida em sala de aula pelos professores, como o zelo pelo patrimônio, pela cultura e o ensino de história local.

A TEMÁTICA NO MATERIAL DIDÁTICO E NOVAS FORMULAÇÕES

Um ponto a ser discutido é a respeito do material didático utilizado pelos professores da cidade de Vigia. O material utilizado é redigido por editoras com base na BNCC, e mais uma vez não abrangem os temas locais que precisam ser trabalhados em sala de aula. Os temas são inseridos de modo transversal e geralmente, de acordo com o cronograma curricular e feriados ocorridos na cidade, fazendo a relação entre o acontecimento histórico e o patrimônio. Por exemplo, igrejas e círio, cabanagem e o Palácio Legislativo - Trem de Guerra, adesão à independência e Paço Municipal. E por muitas vezes, os professores produzem materiais didáticos próprios para promoverem a inserção desses temas em sala de aula, servindo esses materiais, como apoio para o ensino.

Em entrevista com Igo Soeiro, historiador, membro da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” e professor da rede estadual em Vigia, ele aponta as dificuldades para se trabalhar o ensino de história local em sala de aula, de acordo com o currículo estabelecido pela BNCC, já que esse limita o debate a respeito dessa grade, entretanto o professor sempre inclui, na medida que pode os temas relacionados aos acontecimentos históricos da cidade e a relação com os patrimônios. Pela experiência obtida em arquivos, o professor realiza trabalhos com fontes históricas com os alunos, possibilitando a experiência de vivência sobre o ofício do historiador e a importância da preservação das fontes.

A memória é construída e moldada, e para que se mantenha viva, necessita ser preservada. O patrimônio histórico, nesse caso material, serve como a materialização dessa memória, para que não se perca de vista aquilo que já foi vivido. O ensino de história e patrimônio histórico é essencial para que se faça reconhecimento de um passado, e mantenha a cultura viva no presente, nesse caso uma cultura que revela a relação entre a cidade e a igreja,

e o papel que ambas exercem perante a comunidade e a construção da memória local. O ensino promove a discussão sobre a importância da preservação do patrimônio histórico para uma sociedade, as raízes que foram estabelecidas, as redes de convivência e como esse patrimônio pode vir a descrever os fatos históricos ocorridos naquele local.

A forma que o professor discute a história da construção dos patrimônios e a importância desses para a formação de uma sociedade, implica muito em como o aluno verá a fundamentação desses monumentos na sociedade e como este sujeito/aluno irá lidar com a preservação desse espaço, tendo reconhecimento da função histórica e social que ele exerce. É possível perceber que:

as narrativas se colocam como importantes mecanismos de análise das consciências, possibilitando ao indivíduo mobilizar sua capacidade interpretativa de acordo com uma racionalidade específica que direciona seus atos na vida prática, assim como possibilitará a pesquisadores do ensino de história abstrair as interpretações subjetivas de cada indivíduo para entender como este abstrai conceitos e ideias históricas (MARRERA; SOUZA, 2013, p. 1077).

O professor como mentor irá apresentar os fatos, encaixando o surgimento dos patrimônios como parte desses acontecimentos históricos, são narrativas apresentadas aos alunos, que de forma particular, cada um terá seu próprio entendimento a respeito dessas narrativas, moldando a formação da consciência histórica perante esses acontecimentos.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES VIGIENSES

Partindo de pesquisas realizadas por professores vigienses, é possível perceber o interesse pelo ensino de história local e patrimônio, e a preocupação em formar e especializar professores para atuarem nessa área. Primeiramente, há o trabalho do historiador Jesimar Cardoso, de modo micro, trabalha Patrimônio e Ensino na zona rural de Vigia, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santa Rosa, situada na vila do mesmo nome, e como os espaços de memória rurais contribuem para a formação histórica escolar dos indivíduos e das comunidades próximas da área, além da manutenção da memória coletiva e individual.

A perspectiva do autor é interessante, como base ele pontua a importância do ensino de história local na Vila e o escape do espaço urbano e dos patrimônios oficiais. O historiador obtém uma sensibilidade para compreender quais os espaços de memória da Vila, a partir da percepção dos alunos de acordo com as vivências e função social que determinado espaço representa para aqueles indivíduos. Os alunos apresentam e posteriormente analisam espaços como igarapés, residências, campos de futebol e igrejas, como espaços de memória e sociabilidade. Além das igrejas, intituladas como patrimônios oficiais, é de suma importância identificar esses “patrimônios naturais” como conceitua Cardoso, para ampliar a discussão

sobre o que determina patrimônio para cada comunidade (CARDOSO, 2020, p. 75), isso vai sendo identificado de acordo com as vivências cotidianas, o sentimento de pertencimento, os laços sociais e afetivos construídos naquele lugar, bem como a importância desses locais para a preservação da memória e do ensino de história, nesse caso, da Vila.

Em entrevista com os alunos, o professor pontua que eles "demonstram desconhecimento quanto ao seu significado na história da cidade (...) Os entendem mais como uma possível atração turística" (CARDOSO, 2020, p. 38). Isso também pode ser percebido na capital, a Igreja de Pedra e a Igreja Madre de Deus para muitos é um ponto turístico da cidade, o que não deixa de ser, mas não somente isso, as igrejas obtêm um papel fundamental na história da cidade, o simbolismo, a arquitetura e as festividades contribuem para a manutenção e preservação da memória local. O ensino de História e Patrimônio se molda de acordo com a necessidade de ensinar os alunos a história da cidade em que estão situados, discutindo o nível de conhecimento que obtêm a respeito dos patrimônios materiais locais e o papel que esses espaços representam, entendendo que exercem um significado perante a construção historiográfica da cidade.

Outro trabalho também sobre Patrimônio e Ensino, é do Luiz Rocha da Silva, que para além dessa discussão, realizou um projeto de formação de professores para intervir e aplicar métodos para trabalhar a Educação Patrimonial nas escolas do município, o que torna a pesquisa de extrema importância, uma vez que grande parte dos professores sabem da necessidade desse ensino, mas não sabem ao certo as ferramentas necessárias para a aplicação em sala de aula. O autor pontua a preocupação com a preservação e conservação do patrimônio histórico local no âmbito social e ambiental, e discute o desenvolvimento de planos que visem incluir a educação patrimonial nos currículos escolares com práticas que sejam viáveis entre o corpo docente, escola e sociedade.

O projeto do autor é interessante, ele utiliza do resgate da memória e da identidade sociocultural e ambiental para que os professores possam compreender de onde e como partir a execução do ensino de história e educação patrimonial nas escolas que atuam, na cidade de Vigia. São trabalhados espaços de memória que detêm uma carga cultural e histórica e de que forma esses locais podem contribuir para o exercício do ensino. O resgate da identidade amazônica é essencial, pois os espaços pontuados também foram lugares que os professores criaram memórias, porém pela rotina do cotidiano acabam perdendo de vista o valor daquele lugar, e com as oficinas realizadas pelo projeto, resgatam os valores, podendo assim repassar para os alunos, de modo humanizado e com o conhecimento científico, a importância da

valorização dos espaços de memória e como estes contribuem para o ensino e aprendizado da educação patrimonial local (SILVA, 2007, p. 14).

Entretanto, o autor aponta as dificuldades para ensinar essa temática, uma é a formação didática-pedagógica do corpo docente para com o tema e a falta de recursos, como foi discutido nos parágrafos acima, o uso de materiais tradicionais limita a discussão pois eles não oferecem uma linha que trabalhe diretamente com isso. Porém, Luiz Rocha defende que a educação patrimonial seja inserida no modelo de Educação Ambiental, de modo interdisciplinar e transversal (SILVA, 2007, p. 34), o que de certo modo, faria bastante sentido, uma vez que os patrimônios materiais precisam ser zelados e preservados, na sua estrutura física, mantendo assim a presença social e cultural estabelecida, mediante a edificação da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As igrejas fazem parte da memória individual dos moradores, e isto está para além de serem praticantes da religião cultuada por elas. Cada um tem a memória de um acontecimento, um evento realizado dentro ou envolto da igreja, ou apenas a figura material desse patrimônio na cidade, já é capaz de exercer influência na construção da memória local coletiva. Se tratando de história local, quando discute a respeito de cidades pequenas, interiores de capital, a conservação dessas memórias se torna de certo modo mais "fáceis", de forma que essas lembranças são cultivadas entre amigos e familiares que visto a figura desse patrimônio desde cedo, ao decorrer das suas vidas, também pelo envolvimento que possuem com o desenvolvimento de atividades no espaço, entendem a importância e a função social que ele exerce no cotidiano.

A manutenção das memórias está ligada a forma que essas são cultivadas pela sociedade "As memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada" (LEAL, 2012, p.1 apud. HALBWACHS, 2006). A instituição Igreja Católica deu prosseguimento a memória do catolicismo na comunidade, as igrejas tornam esta memória de modo institucionalizado e material. Dentro dos grupos sociais, de modo amplo, está a comunidade que difundiu o catolicismo dentro da cultura popular, nos pequenos grupos, as famílias que compartilhavam as lembranças e repassavam os costumes por gerações e as irmandades religiosas, que incentivaram a permanência dessa memória religiosa devido ao culto à padroeira de cada igreja. É importante ressaltar que as irmandades desenvolveram práticas religiosas

independentes a instituição Igreja Católica, se fundamentaram no Catolicismo, mas desenvolveram religiosidades populares em comunidade, gerando autonomia dos devotos nas festividades, nos modos de relação em sociedade e nos entendimentos acerca das doutrinas da Igreja Católica.

É necessário pontuar a importância da formação de professores vigienses sobre o tema, formar estes profissionais com o suporte qualificado para o ensino de História Local e Educação Patrimonial, apresentando as discussões necessárias dentro de sala de aula e incentivando o aluno ao interesse pelo tema. Para que este educador consiga exercer suas funções com qualidade, é essencial que esteja munido com os materiais didáticos adequados, para além da capacitação do conhecimento científico, é fundamental o acesso aos materiais didáticos que consigam discutir o tema previsto. Porém, é urgente que ocorra a reorganização do plano de educação, para que sejam inseridas as discussões que contemplem o tema, posteriormente, adicionando essas questões ao currículo escolar, possibilitando o debate a fim de desenvolver as atividades do ensino de História, alcançando o objetivo do aprendizado histórico.

A História Local é fundamental para discutir as inquietações micro dos espaços de memória, a partir disso podemos aprofundar as questões que implicam localidades apartadas. O interesse pelas pesquisas inicialmente parte sobre os estudos do desenvolvimento da cidade para os interiores, porém há historiadores preocupados com as cidades vizinhas que possuem tantos significados quanto a metrópole e que estas intervêm diretamente na política, economia e cultura. A cidade de Vigia de Nazaré é uma das cidades responsáveis pelo abastecimento de peixe no estado do Pará, regionalmente influenciada pela predominância do Catolicismo e raízes culturais como o carimbó. Com historiadores locais produz materiais e trabalhos próprios acerca da cidade, revelando os costumes, comportamento e desenvolvimento político, evidenciando a contribuição da cidade para a formação em conjunto do estado do Pará. A preservação da memória vigiense por meio das igrejas é importante para estabelecer a valorização do patrimônio histórico, firmando a identidade amazônica.

FONTES

Acervo Digital do Iphan. *Processo nº 434-T-50 I.P.H.A.N / D.E.T.* Seção de História, Ministério da Educação e Cultura, 1950-1981.

ICONOGRAFIAS

Assessoria de Comunicação – PARATUR. *Igreja de Pedras*, 2011. Disponível em: <https://turismoparaense.blogspot.com/2011/01/municipio-de-vigia-comemora-396-anos-de.html>

Patrimônio de Influência Portuguesa – PIP. *Igreja da Madre de Deus*. Disponível em: <https://hpip.org/pt/heritage/details/1495>

ENTREVISTAS

RABELO, Iris. *Entrevista concedida a Lorena Senna*, maio de 2022.

SOEIRO, Antônio Igo Palheta. *Entrevista concedida a Lorena Senna*, maio de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENZ, Karl-Heinz. Entrevista concedida a Patricia Fachin. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, edição 348, 25 de outubro de 2010.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará* / Antonio Ladislau Monteiro Baena -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 30)

BARROS, Bartolomeu José de. *Vigia de Nazaré: fragmentos de uma história*. Belém: Grafimorte, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
SANTOS, Benedita do Socorro; SOUSA, Antônio Nogueira de. *A prática missionária jesuítica no estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII) – 2017*

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CARDOSO, Jesimar Miranda. *Memória e identidade vigienses na sala de aula: Patrimônio e ensino de História na E.E.E.F.M. SANTA ROSA – VIGIA/PA - 2020*.

CORDEIRO, Paulo. *Irmandades religiosas em Vigia no século XIX*. Vigia: Edição do autor, 2013.

LEAL, Luana Aparecida Matos Leal. *Memória. Rememoração e Lembrança em Maurice Halbwachs. Linguasagem*. São Paulo, 2012.

MARRERA, Fernando Milani; SOUSA, Uirys Alves de. *A tipologia da consciência histórica em Rüsen*. *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 2, nº. 6 – agosto de 2013 – Edição Especial.

MELO, Iaci Iara Cordovil de. *Imaginária em colégios, fazendas e missões jesuíticas no nordeste paraense [manuscrito]* / Iaci Iara Cordovil de Melo. – 2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Jeová Barros. *Do largo de nazaré à praça santuário: as transformações entre 1982 e 2015* / Jeová Barros Oliveira. - 2015.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território*. - 2011.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Secretaria e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

SILVA, Luiz Rocha. *O impacto da Educação Patrimonial na formação de Professores no município de Vigia de Nazaré*. - 2007.